



Agência de  
Empreendedorismo  
de Pernambuco



**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - A G E**  
**Notas Explicativas da Administração às**  
**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresseo)

**1. Contexto Operacional**

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas as normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional - CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, data de encerramento do exercício e comparadas com o mesmo período de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

1

**a) Disponibilidades**

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

**b) Operações de Crédito**

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**c) Ativo Permanente**

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

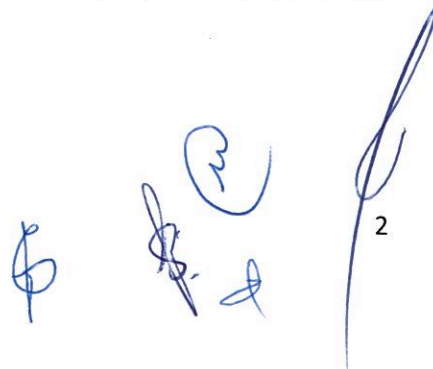
- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamento de dados.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

**d) Ativos e Passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do exercício de 2019, existe apenas um processo que por ser possível não existe a necessidade de constituir provisão para contingências.



2



**e) Demais Ativos e Passivos**

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

**f) Apuração do Resultado**

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

**g) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

**3. Títulos e Valores mobiliários**

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	2019	2018
<b>Curto Prazo (para negociação)</b>		<b>16.252</b>	<b>11.181</b>
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	16.252	11.181
Letras Financeiras do Tesouro		-	-
<b>Longo Prazo (mantido até o vencimento)</b>		<b>4.192</b>	<b>3.958</b>
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	4.192	3.958
<b>TOTAL</b>		<b>20.444</b>	<b>15.139</b>

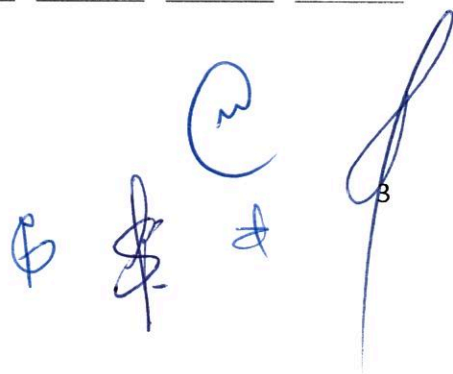
**4. Operações de Crédito**

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

**4.1. Composição por Atividade Econômica**

A Vencer

	2019				2018			
Setor Privado	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
St Publico Com	-	3	-	3	2	-	-	2
Serviço	39	3.021	13.926	16.986	39	2.536	21.509	24.084
Indústria	13	10	5.433	5.456	28	94	7.247	7.369
Comércio	66	123	2.418	2.607	149	237	3.598	3.984
Pessoa Física	513	2.143	159	2.815	147	145	20	312
Subtotal	632	5.300	21.935	27.867	365	3.012	32.374	35.751



Vencido

Sector Privado	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	3.920	45	29	3.994	643	1.208	695	2.546
Indústria	9	97	430	536	1.932	-	221	2.153
Comércio	386	211	83	680	1.163	255	54	1.472
Pessoa Física	199	29	29	257	75	33	54	162
Subtotal	4.514	383	570	5.466	3.813	1.496	1.024	6.333
Total	5.146	5.682	22.505	33.333	4.178	4.508	33.398	42.084

#### 4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER	2019					2018	
	Nível de risco	Até 180 dias	de 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão
	A	604	2.341	6.291	9.235	0,50%	46
	B	23	2.325	12.269	14.617	1,00%	146
	C	-	542	2.990	3.533	3,00%	106
	D	1	91	347	439	10,00%	44
	E	-	-	3	3	30,00%	1
	F	-	-	-	-	50,00%	-
	G	4	-	-	4	70,00%	3
	H	-	1	35	36	100,00%	36
	Total	632	5.300	21.935	27.867		382

VENCIDO	2019					2018	
	Nível de risco	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão
	A	2.788	-	-	2.788	0,50%	14
	B	968	-	-	968	1,00%	10
	C	734	-	-	734	3,00%	22
	D	9	162	-	171	10,00%	17
	E	2	46	42	89	30,00%	27
	F	-	117	-	117	50,00%	59
	G	6	48	-	54	70,00%	38
	H	8	10	528	546	100,00%	546
	Total	4.514	383	570	5.466		732

#### Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa no segundo semestre de 2019

	2019	2018
Saldo no Início do exercício	2.817	1.969
Adições	404	1.322
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(207)	(717)
Reversões	(677)	(46)
Baixa para Prejuízo	(1.224)	289
Saldo no Final do exercício	1.113	2.817

## 5. Realizável do Ativo Circulante e Não Circulante - Ajustado Exercício 2018

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a correção foi aplicada de forma retrospectiva e não apresentou reflexos nos saldos totais do ativo e nem no resultado do exercício.

## 6. Outros Créditos

Os valores registrados em Outros Créditos estão representados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Serviços Prestados a Receber	29	10
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1	2
Adiantamento p/pagamento de Nossa Conta	2	2
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	4	-
Impostos e Contribuições a Compensar	22	19
Devedores Diversos - País	165	8
Outros Valores e Bens	1	26
	<u>224</u>	<u>67</u>

## 7. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
<b>Permanente</b>	<b>558</b>	<b>(38)</b>	<b>(20)</b>	<b>500</b>
<b><u>Imobilizado de Uso</u></b>	<b><u>146</u></b>	<b><u>(36)</u></b>	<b><u>(20)</u></b>	<b><u>90</u></b>
<b>Móveis e Equipamentos de Uso</b>	<b>399</b>	<b>1</b>	<b>(68)</b>	<b>332</b>
Aparelho de Refrigeração	50	1	(17)	34
Máquinas e Equipamentos	56	-	(42)	14
Mobiliários	293	-	(8)	285
<b>Sistema de Processamento de Dados</b>	<b>358</b>	<b>4</b>	<b>(44)</b>	<b>318</b>
Sistema de Processamento de Dados	358	4	(44)	318
<b>(Depreciação E Amortização)</b>	<b>(611)</b>	<b>(41)</b>	<b>92</b>	<b>(560)</b>
<b>(-) Depreciação Acum. Móveis e Equip. de Uso</b>	<b>(259)</b>	<b>(37)</b>	<b>48</b>	<b>(247)</b>
(-) Aparelho de Refrigeração	(33)	(4)	11	(26)
(-) Máquinas e Equipamentos	(37)	(4)	31	(10)
(-) Mobiliários	(189)	(29)	6	(211)
<b>(-) Deprec. Acum. Sist. De Proc. De Dados</b>	<b>(353)</b>	<b>(4)</b>	<b>44</b>	<b>(312)</b>
(-) Sistema De Proc. De Dados	(353)	(4)	44	(312)
<b><u>Intangível</u></b>	<b><u>412</u></b>	<b><u>(2)</u></b>	<b>-</b>	<b><u>410</u></b>
Licença De Uso De Software	2.052	615	-	2.667
(-) Amortização Licença De Uso De Software	(1.640)	(617)	-	(2.258)

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na

5

\$ \$ d @



recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 31 de dezembro de 2019, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGE.

#### 8. Obrigações por empréstimos e repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente, conforme demonstrado a seguir:

##### Passivo Circulante

	2019	2018
Obrigações por Repasses-BNDES	411	410
Obrigações por Repasses – FINEP	347	347
Obrigações por Repasses – BNB	151	151
	<b>909</b>	<b>907</b>

##### Exigível a Longo Prazo

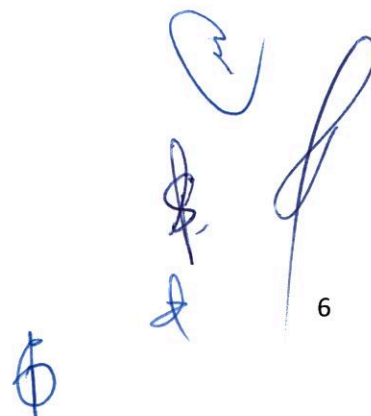
	2019	2018
Obrigações por Repasses-BNDES	2.806	3.115
Obrigações por Repasses – FINEP	922	1.207
Obrigações por Repasses – BNB	467	623
	<b>4.196</b>	<b>4.945</b>

- Os recursos do BNDES, são corrigidos pela URTJLP, possuem garantia de contrato entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia do Recife e o Ministério da Saúde;
- Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas.
- Os Recursos do BNB, são pré-fixados fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.
- Em 31/12/2019, efetuamos ajuste nos saldos contábeis dos repassadores, em contra partida com a conta Prejuízo Acumulado, de acordo saldos fornecidos pelos mesmos.

#### 9. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Representam as obrigações da Instituição para com o Governo Federal, relativas a Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros, Impostos e Contribuições sobre salários e PIS/COFINS sobre as receitas.

	2019	2018
IOF	6	-
IRPJ/CSLL	-	2
INSS	73	56
IRRF	43	35
COFINS	22	25
FGTS	20	18
PIS	4	4
ISS	4	2
Outros	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>172</b>	<b>142</b>



## 10. Outras Obrigações - Diversas

Compreende as provisões das despesas administrativas do mês de dezembro/2019 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 e da Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, e outros credores.

	2019	2018
Provisão Outras Despesas Administrativas	393	238
Provisão de Férias e Encargos	209	201
Credores Diversos	514	465
<b>TOTAL</b>	<b>1.116</b>	<b>904</b>

## 11. Patrimônio Líquido

### Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 65.410, representado por 64.354.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Em 18 de dezembro de 2019, em ata 7ª do Conselho de Administração-CONAD, foi deliberado aumento de Capital Social até o limite de 8.000.000,00 (oito milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

Acionistas	2019		2018	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Estado de Pernambuco	65.000.000	99,37%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,53%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,08%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,02%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
<b>Total</b>	<b>65.410.010</b>	<b>100,00%</b>	<b>65.410.010</b>	<b>100,00%</b>

## 12. Despesa de Pessoal e Honorários

	2º Sem. 2019	2019	2018
Honorários	431	776	602
Alimentação	181	353	296
FGTS	84	162	142
INSS	294	567	501
Ordenados e Repre	598	1.206	1.048
Férias	106	209	179
13º Salário	74	148	129
Outras	36	61	62
	<b>1.803</b>	<b>3.481</b>	<b>2.961</b>

*(Handwritten signatures and initials)*

### 13. Outras Despesas Administrativas e tributárias

	2º Sem. 2019	2019	2018
Manutenção e Conservação	57	118	140
Processamento de Dados	39	78	77
Publicações	62	175	172
Serviços de Terceiros	122	199	136
Serviços Técnicos Especializados	1.073	1.962	1.788
Aluguéis	173	322	333
Comunicação	47	83	75
Serviços de Vigilância	25	127	196
Serviços Sistema Financeiro	59	98	89
Cartórios Emolumentos e Custas	47	107	-
Taxas Diversas	3	52	-
Promoções e Relações Públicas	60	60	-
Outras	135	237	236
<b>Subtotal Outras Desp. Administrativas</b>	<b>1.891</b>	<b>3.592</b>	<b>-</b>
Despesas Tributaria	10	26	-
<b>Subtotal Despesas Tributaria</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>-</b>
	<b>1.901</b>	<b>3.618</b>	<b>3.242</b>

### Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos

A gestão integrada de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, atualizada pela redação dada pela Resolução 4745, de 29 de agosto de 2019.

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação.

#### b) Risco de Mercado

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, o cálculo da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

#### c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de

8



responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

  
**Marcelo Andrade Bezerra Barros**  
Diretor-Presidente

  
**Eduardo Luiz Almeida de Queiroz**  
Diretor Financeiro de Planejamento e Controle

  
**Leonardo Ângelo de Souza Santos**  
Diretor de Negócios

  
**Elly Anderson Teodosio da Silva**  
Diretor Administrativo

  
**Teótimio Soares de Almeida**  
Contador-CRC/PE N° 022654/O-0

